

com recursos próprios, os moradores colocaram câmera e televisão para cuidar da segurança. Considera que o pior é o papel que realiza a administradora, qualquer administradora de fora do empreendimento, que vem com idéias muito diferentes e para a qual os moradores delegam a responsabilidade de resolver tudo. “A gente (do movimento de moradia) pensa diferente: que as pessoas não são burras, não são mal educadas e que elas conseguem sim gerenciar aquela situação”. Sra Elizabeth esclarece que, de modo algum, foi entendido que a situação descrita é culpa das famílias ou uma responsabilidade da população. Considera que isso não deveria transparecer na resolução pois não é esse o seu propósito: o propósito da resolução é resolver a questão da inadimplência de água e luz. “Então acho que os conselheiros têm que entender isso, a locação social é um programa em processo de aprendizado. Nós já concluímos que ela é importante para a faixa de renda de menos de três salários mínimos que dificilmente tem acesso ao financiamento habitacional existente principalmente os da Caixa Econômica e nós temos que buscar alternativas porque os inúmeros estudos que nós estamos fazendo apontam para um conjunto de mais de 300 mil famílias abaixo dessa faixa de renda, e o Locação, bem acertado, é uma solução que deve ser adotada. Quanto ao trabalho social, nós temos uma equipe com oito pessoas trabalhando, tem plantão social nos condomínios, mas eu acho que a gente ainda tem que fazer alguns ajustes na questão da condução do trabalho social. Na questão do Gato e do Olárias, o que nos prejudicou um pouco, num primeiro momento nós iam tirar os cinco primeiros irregulares que tinham comprado as unidades e nós fomos impedidos (pelo MP) de fazê-lo, todos conhecem a história. E depois, num segundo momento, nós estamos sendo acionados para retirar as famílias, coisa que hoje dado o número de irregularidades, conforme o Marcelo demonstrou, se mostra totalmente impossível porque mesmo os irregulares preenchem os quesitos da resolução. Então eu acho que é um aprendizado, são coisas que em programas novos nós vamos aprendendo. Eu concordo, por exemplo: o Parque do Gato tinha um partido inicial e hoje à gente está fazendo o cercamento, a pedido dos moradores. São situações da realidade da cidade que se complicam não é, vários empreendimentos nossos eram abertos, sem muros etc e tal e hoje os moradores exigem que a gente feche, é uma questão complexa para os arquitetos. A gente não gostaria de fechar, mas estamos sendo acionados para isso. A COHAB hoje está com um programa grande, uma manutenção cerrada lá para que não venham a ocorrer mais os problemas que ocorreram até aqui. Esse mês a gente está se dedicando firmemente à questão dos carrinhos no Parque do Gato, para achar uma alternativa”. Feitos os esclarecimentos, Sr Elton consulta os presentes, que aprovaram a inclusão do Locação Social no Grupo de trabalho do Centro. Passada à votação da Solicitação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Sr Elton passa para o ponto de pauta seguinte: a Solicitação de Voto n. 22 exposta pelo Sr Walter , Diretor Social e de Comercialização - a autorização para aporte de até 10 mil reais, a título de complementação, a ações desenvolvidas com recursos do governo federal, estadual ou até municipal(Crédito Solidário, Par I, Par II). Aberto o debate, Sra Evaniza registra que acha muito importante essa resolução porque contribui para que o Fundo possa operar mais, com valores unitários menores, ou seja, ao invés de ter que aportar o valor de uma casa completa está aportando apenas um complemento e com isso o Fundo Municipal fica muito mais ágil e atuando mais e de maneira muito interessante. Recomenda que não se restrinja esse recurso a determinados programas e também não se restrinja o valor máximo do imóvel em 45 mil, porque além do limite de cada programa, por vezes também as famílias entram com uma contrapartida , em trabalho, em terra e corre-se o risco de ultrapassar esse valor máximo. Sugere ainda que o Conselho Municipal aprove cada um dos empreendimentos que receberão esse aporte. Sr Ricardo G. lembra que estabelecer como limite 4 salários mínimos também pode ser um problema e o ideal seria adaptar a proposta aos programas existentes; por exemplo, para o Crédito Solidário a renda hoje são cinco salários. Sr.Elton coloca em votação , retirando os itens 2 e 3, que deverão ser discutidos e aprovados na Comissão Executiva. A resolução foi aprovada por unanimidade, com a supressão dos itens 2 e 3, remetidos para a Comissão Executiva. Próximo ponto de pauta: Item 14 da pauta - Solicitação de Voto n. 23 - Regularização das unidades habitacionais dos empreendimentos mantidos com recursos do FMH, entregue aos moradores até o ano de 2004. Sr Walter expõe as justificativas para essa proposição e declara que, no calculo que tem sido feito, a as unidades teriam um custo final ou na verdade uma retribuição final no valor de 24 mil reais. A justificativa: moradores que já residem nas unidades habitacionais há muitos anos, sem formalização através de instrumento contratual. A COHAB não possui um modelo pragmático para fazer com que as famílias assinem esse contrato e possam devolver o recurso emprestado para construção em regime de Mutirão. Dentro dos parâmetros atuais, mesmo sem os juros, as prestações tem sido calculadas em torno de 250 reais. A proposição é estabelecer um valor padrão de 20% do salário mínimo nacional. Abertas as inscrições, Sra Esilda propõe a vinculação da prestação à renda e não ao salário mínimo. Sr Caio destaca que aplicar uma regra que considere os empreendimentos entregues até 2004 excluiria aqueles empreendimentos que começaram em 89, 90 e que não foram entregues até agora. Sugere vincular a regra à data de início dos convênios e reforça a proposta da conselheira Izilda de vinculação da prestação à renda e não ao salário mínimo. Sra Evaniza sugere que se garanta, em contrato, o prazo para regularização dos empreendimentos. Sra Elizabeth esclarece que na lei aprovada em janeiro, para concessão de uso nas áreas públicas ocupadas por favelas, foi incluído um artigo (artigo 5), que define que não serão necessárias leis específicas para cada regularização. A Regularização poderá se dar por decreto do Prefeito e todos os antigos FUNAPS estão sendo estudados para se efetivar a regularização, de modo que não seria necessária a inclusão dessa observação nos contratos. Propõem ainda que os conselheiros escrevam o texto que incorpora as propostas expostas, ressaltando que há consenso em relação a garantir a inclusão nessas regras daqueles empreendimentos construídos em mutirão, que tiveram início em 89 e não terminaram ainda. Sr. Elton encaminha a votação, repassando para a Comissão Executiva a discussão do item 2 da solicitação de voto e lembrando que será incorporado ao texto da solicitação as propostas escritas pelos conselheiros Caio e Evaniza. O voto foi aprovado, com as alterações propostas. Passou-se ao próximo item da pauta: Solicitação de Voto CMH n.o 19. Autorização para repasse do Edifício São Vito à EMURB com respectivo reembolso ao Fundo Municipal de Habitação dos valores despendidos, que deverão ser destinados à aquisição de imóveis no centro.

Abertas as inscrições, Sr. Sidnei registra uma proposta de emenda a essa solicitação, encaminhada anteriormente ao Sr. Walter: Autorização para repasse do Edifício São Vitor a EMURB com respectivo reembolso ao Fundo Municipal da Habitação dos valores despendidos do que deverão ser destinados para a aquisição de imóveis no centro e assim viabilizar moradia, atendendo os Movimentos do Centro. Sr.Caio reforça a importância de se vincular o recurso ao atendimento dos movimentos do centro. Sr Luiz K. solicita informações em relação aos valores do repasse, que os conselheiros não possuem. Sra. Evaniza fez a ponderação de que mesmo repassando o São Vito não se resolve o problema de moradia no centro e propõe reforçar o GT Políticas da Área Central e a participação de EMURB nesse GT. Sr. Elton informa aos presentes que encaminhou à EMURB a solicitação de desapropriação de 8 imóveis do centro, a serem efetivadas com recursos do BID. Sr. Rubens esclarece que há uns oito meses a EMURB, a SEMPLA e a Secretária de Governo foram incumbidas de fazer um estudo de reurbanização para o Parque D. Pedro. A EMURB presta serviços para a Secretária. A EMURB é ligada diretamente a SIURB, que possui uma dotação orçamentária para desapropriação especificamente de área contígua ao São Vitor. Já foram liberados 7 milhões e meio para desapropriação dessas áreas. Os presentes retomam a questão dos valores e Sr Elton esclarece que COHAB fará um levantamento exato dos valores despendidos, todos os valores que são depositados no judiciário, e acrescenta a informação de que ainda existem unidades onde não foi concedida a emissão na posse, aproximadamente dez unidades/ 10% do prédio. O valor exato não esta fechado, mas seriam atualizados os valores dos dispêndios. Sr.Elton acrescenta que a Secretária de Habitação, atendendo a uma demanda dos movimentos sociais resolveu, há 60 dias atrás, incluir Morar no Centro nos recursos do BID, independente do dinheiro do São Vito. Coloca em votação o Voto, com a emenda do conselheiro Sidnei. O voto foi aprovado, com dois votos contra (Sr Luiz K e Sr Caio). Sr. Luiz solicita registro do motivo de ter votado contra. Alerta para a necessidade de se promover as discussões primeiramente nos GTs, para que haja de fato aprofundamento das reflexões e só posteriormente trazer as solicitações de voto para deliberação no Conselho. Passou-se para a próxima pauta: Solicitação de voto número 20. Autorização para aquisição de imóveis na Área central. Sr Walter explica aos presentes que nas diretrizes de criação do Fundo não está explicitada formalmente essa possibilidade. » uma solicitação que propõe uma rubrica orçamentária dentro do Fundo Municipal. A solicitação foi aprovada por unanimidade. Passou-se para a Solicitação de Voto n.o 21. Sr. Walter esclarece que se colocou à disposição dos movimentos para apresentar esse voto: Definição de diretrizes para credenciamento e seleção pública de associações para mutirão. Sugere que esse assunto seja discutido no Grupo de Trabalho Mutirões. Sr. Elton coloca em votação e a Solicitação de Voto n.o 21 é aprovada. Retomando os pontos de pauta relacionados à DITEC, solicita ao Sr Marcelo que apresente os respectivos votos: Voto número 11 despesas com ressarcimento do Movimento Sem Terra de São Miguel Paulista referente às despesas efetivadas na área do Barro Branco 2B. Sr. Marcelo explica que esse voto refere-se a autorização de ressarcimento das despesas efetuadas no que era o Mutirão Barro Branco 2B, que ele foi conveniado com o CDHU. O ressarcimento é necessário para que se possa proceder a rescisão do convênio de mutirão e começar as obras pelo convênio com CDHU. Sr. Elton encaminha para votação. Aprovado o voto. Encaminha a apresentação da Solicitação de Voto 012/2008. Aprovação para considerar como não retornáveis recursos liberáveis para início de empreendimento por meio de convênios com associações para empreendimento Mendonça Jr. A e B. Aprovado. Passa para a Solicitação de Voto n.o 13: contratação de serviços complementares para instalação de sistemas de telefonia, interfonias e antena coletiva para o edifício Riachuelo. Sr. Caio solicita esclarecimento: se esses serviços estavam previstos no orçamento original do empreendimento - se é aditamento de objeto e de valor só. Sr. Marcelo esclarece que é um aditamento de objeto e de valor. Sr. Elton passa à votação e, ao mesmo tempo, registra a proposta de que estes temas o Conselho transfira a obrigação de aprovar para a Comissão Executiva. Aprovada a solicitação de Voto. Passa à Solicitação de voto 014/2008. Despesas com serviços a serem incluídos no contrato 134/06 para concluir as obras dos empreendimentos Itaquera IA. Sr. Marcelo esclarece que “o Itaquera IA é um dos três empreendimentos que nós fizemos agora em parceria com a CDHU com a Caixa está terminando, o Raposo Tavares o Itaquera 1B terminou no final do ano passado. Nesses empreendimentos, o Fundo Municipal de Habitação entra com a demanda e com o terreno e a CDHU paga a construção da obra que foi licitada e feita sob gerenciamento da COHAB e vende depois para o Fundo de Arrendamento Residencial”. Encaminhada para votação, a Solicitação de Voto é aprovada. Passa para o item seis da pauta. Solicitação de voto 015/2008: despesas com prorrogação de prazo do contrato 295/04 de prestação de serviços e assessoramentos técnicos, contrato assinado com a Geris Engenharia e Ltda. Sr. Marcelo informa que a Geris é o novo nome da empresa Herjak: esse contrato foi assinado em 2004 e já teve uma prorrogação por dois anos. Sr Flavio esclarece: “nós estamos submetendo aqui a voto por uma última prorrogação, por mais um ano, o contrato dessa gerenciadora para serviços que ela presta referentes a recepção, organização e análise das prestações de contas dos recursos de Fundo Municipal liberados para obras de Mutirões, análise técnica de projetos, apoio a área de avaliação de imóveis para instruir processo de comercialização e apoio a área de regularização fundiária. É um contrato no valor total de 2 milhões e 103 mil reais”. Sra. Heloisa considera o valor muito alto e que seria importante uma apresentação dos serviços que a Herjak vem realizando. Destaca o fato de ter sido apresentado um certo valor destinado ao programa de mutirões, e o que esta sendo solicitado para esse aditamento corresponde a 20% desse valor, proporção muito alta. Sr Luiz considera que os conselheiros não têm informações suficientes para avaliar se esse valor é adequado ou não. Pergunta por que não foi realizada concorrência. Sr. Flavio esclarece que o atual contrato permite esse aditamento. Sr. Elton propõe que essa Solicitação de Voto seja transferida para a Comissão Executiva e a reunião da Comissão Executiva seja marcada para o dia 30 de junho, com o detalhamento de todos os trabalhos realizados pela GERIS. Aprovado com 13 votos a favor e 8 contra. Solicitação de voto 16/2008: Despesas com a contratação de laudo técnico referente a requisitos do processo de regularização do empreendimento Vila Nascente AMAI. Sr. Marcelo esclarece que esse estudo vai identificar as intervenções necessárias para macro drenagem e atender as exigências dos órgãos envolvidos no processo de regularização do empreendimento. Sra. Heloisa solicita

esclarecimentos, pois o texto para aprovação relaciona o valor de 36 mil e a tabela que acompanha relaciona o valor de 28.900. Sr. Marcelo esclarece que o contrato será firmado no valor de 28.900. O valor de 36 mil foi calculado tendo em vista uma reserva, que evite nova solicitação. O Voto foi aprovado. Passou-se para a Solicitação de voto 17/2008: Despesas quanto à inclusão de serviços complementares e valores respectivos relativos à infra-estrutura condominial nos convênios assinados com as associações comunitárias Barro Branco I, II, III e IV, para concluir o Empreendimento Santa Etelvina I VI A. Sr. Caio solicita esclarecimento, pois no texto da aprovação aparece valor em Po de 45 mil e alguma coisa que atualizado vai para 150 mil, e depois a suplementação de quase um milhão de reais. Sr. Ricardo solicita informação de onde exatamente serão utilizados estes recursos. Sra. Sílvia esclarece que a tabela de valores é apresentada em dois quadros. O valor que esta sendo solicitado para aditar nos convênios é de 45.339,87 (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos) que atualizado corresponde R\$ 150.770,00, valor que vai de fato ser utilizado dos recursos do Fundo. Na verdade o que será aditado no valor de cada Associação são valores bem pequenos, não chega a 50 mil reais cada convênio, destinados a execução da parte de cabeamento. É o que falta fazer de infra-estrutura condominial nesse conjunto. Os 900 mil que aparecem na tabela é prestação de contas geral do empreendimento: dos 7 milhões 13 mil e 69 reais que serão gastos no empreendimento, já foi autorizado pelo Fundo desde o ano de 2000, 6 milhões; então 900 mil é o que falta para você equalizar esse valor. Sr. Edmundo solicita que a área técnica facilite o entendimento do Conselho na apresentação dos dados. Sr. Elton reafirma que a Solicitação de Voto é de 150 mil reais e não 900. A solicitação foi aprovada. Na sequência, Sr Elton passa para a solicitação de esclarecimentos encaminhada pelos conselheiros: Anderson Kazuo Nakano, Caio Santo Amoré, Ivaniza Rodrigues, Heloisa Diniz de Rezende, Maria Izilda Camilo, Nabil BonduK, Paulo Solani Romero, Ricardo Gabone, relativa às Favelas Real Parque, Jardim Panorama e Jardim Edith. Sra. Elizabeth esclarece aos presente que a Favela Real Parque fica na Marginal Pinheiros e em 1996 foi licitado um projeto de aproximadamente 1000 mil unidades habitacionais, dentro do programa Prover/ Cingapura. Foram construídas 529 unidades e em 2001 a segunda parte do Real Parque. “O contrato está em aberto, ficou parado e nós agora retomamos esse contrato em aberto, o contrato tem um saldo de 30 milhões de reais. Só que nós temos um problema: nós tínhamos na ocasião 500 famílias que faltavam serem atendidas e agora nós temos que atender 1.300 (mil e trezentas) famílias. Como o Real Parque está no âmbito da operação Faria Lima, a EMURB está desapropriando o terreno ao lado. Nós vamos chegar a aproximadamente a 1.100 (mil e cem) famílias e ainda nós vamos ter que resolver essa equação de 200 famílias e a gente está buscando umas ZEIS ali próximas para resolver a equação. Então o valor que nós temos no contrato em aberto é de 30 milhões, esse dinheiro virá da Operação Urbana Faria Lima. Então consideramos uma equação resolvida. Atualmente, nós realizamos o cadastro com as famílias: são feitas reuniões, tem várias Associações que atuam no Real Parque e não sei se é do conhecimento de vocês, mas nós temos lá a tribo dos Índios Pankararús que ali vivem. Eles tem exigências especiais nesses projetos. Está se discutindo o projeto, o projeto inicial para nós conseguirmos colocar esse número de unidades que nós precisamos, ele tem elevador, parte da comunidade está discutindo em fim, estamos num processo de discussão com a comunidade em relação ao projeto ao elevador, a quantidade de áreas livres que ali tem, mas consideramos uma equação resolvida: tem projeto, tem área e tem dinheiro”. Com relação ao Jardim Edith, esclarece que HABI terminou o cadastro e que a Defensoria entrou com uma ação para que as famílias fossem ali mantidas, embora ninguém dissesse que havia previsão de retirada. Antes da ação liminar, HABI cadastrou 545 famílias e fez um projeto com 550 unidades. Finalizado o cadastro só 250 famílias desejam permanecer no local. A Associação dos Moradores solicitou audiência de conciliação para que fiquem no local apenas as famílias que optaram e as demais possam ser atendidas em outros conjuntos. Já a Favela Coliseu é uma favela que se encontra em área particular, absolutamente consolidada e não é uma favela que requeira infra-estrutura. Informa que os conselheiros podem consultar o www.habisp.inf.br, onde todas essas informações estão a disposição. Em relação a Favela Panorama, ao lado do Shopping Cidade Jardim, é uma favela consolidada, parte ocupa uma área particular e parte dela uma área municipal. Havia um grupo de famílias ocupando a área lindeira à Marginal Pinheiros e numa ação do empreendedor do Shopping Cidade Jardim foi oferecida às famílias a quantia de 40 mil reais, uma ação entre particulares. As famílias aceitaram, e permaneceram no local 500 imóveis. » prioridade hoje de atuação da SEHAB, mas dentre as 1.565 favelas, ela estaria em septuagésimo centésimo lugar na lista de prioridades. Sra Heloisa pede esclarecimento em relação a informação que os moradores tem , de que estaria sendo implantado um prédio de 12 andares no local. Sra Elisabete esclarece que está sendo apresentado à comunidade, a todas as associações da área, um projeto, porem esta em formação um Conselho Gestor, que é quem

decide sobre o plano de urbanização. Pelo que determina a lei, não há a possibilidade da Prefeitura desenvolver ações sem a discussão e deliberação desse futuro Conselho Gestor. Sra Heloisa reafirma que a preocupação das famílias refere-se ao custo de manutenção de um prédio da forma como tem sido proposto. Também se preocupam com o déficit de atendimento a 200 das 1300 famílias moradoras do local. Sr Elton reafirma que tudo vai ser aprovado pelo Conselho Gestor e, portanto, de acordo com a comunidade e que não é política dar cheque como solução habitacional. Sra. Elizabeth destaca que HABI esta providenciando terrenos para desapropriação onde cabem 1.100 a 1.200 famílias. “Faço questão de registrar em ata que estamos buscando outras áreas de ZEIS próximas ao Real Parque, para contemplar as outras famílias que não couberem lá”. Sra Heloisa reafirma questionamento em relação a Operação Urbana Faria Lima e Água Espriada, pois o Real Parque, Coliseu, Jardim Edith e Panorama, as quatro favelas são ZEIS e fazem parte das duas operações urbanas, que implicam em contrapartida de atendimento habitacional. “Na verdade está sendo questionado pelos moradores e pelos conselheiros que aqui assinam, que gostariam de um esclarecimento sobre esses valores todos que sabemos que existe dentro da operação urbana, talvez até com a própria EMURB aqui que talvez saiba os valores mais corretos, de como vai ser aplicado, se as favelas vão ser contempladas, não só o Real Parque, mas o Coliseu mesmo sendo área particular ela é uma ZEIS, não é? Então, ela vai ser contemplada? São questões muito pertinentes aqui e acho que elas não estão esclarecidas”. Sra Rosana pede um esclarecimento em relação a unidades a serem produzidas, pois entendeu que foi realizado estudo para produção de 500 unidades e que se abriu mão dessa produção pois menos famílias optaram por permanecer. A dúvida é por que não manter o numero projetado para acomodar outras famílias? Sra. Elizabeth esclarece que “nós vivemos num país em que a pessoa opta e a gente tem que respeitar; e a Associação dos Moradores, que ganhou a ação junto a Defensoria Pública contra a Prefeitura, está compondo o Conselho Gestor; e querem que no plano de urbanização só se mantenham lá as pessoas originais do Jardim Edith. Não querem que se tragam moradores de fora. Mas paralelamente a isso, a operação urbana Água Espriada já desapropriou, está em fase, mas já tem projeto dois outros terrenos, um na Corruiras e outro na Washington Luiz para contemplar as famílias que estão na frente da obra Água Espriada. São mais de 500 unidades e tem estudo de mais três lotes que dariam 150 unidades. Porque a Operação Urbana Água Espriada tem um roteiro de ação: pra continuar podendo usar o Fundo você tem que resolver o Jardim Edith e a tal da ponte Espriada já está pronta. Falta o Jardim Edith para poder continuar usando a verba. Mas já está sendo preparada essa quantidade de novas unidades para as pessoas que estão na favela da Rocinha, que estão na frente da obra. No caso da Coliseu, nós estamos discutindo com o Ministério Público, e a doutora Cláudia Berré acha que é possível utilizar o instrumento que se usa em Paraisópolis; só que a Coliseu não precisa ser infra estruturada, ela tem água, luz, pavimentação, drenagem, posto de policia, creche, ela é um bairro. A Coliseu não é uma favela, ela é um bairro. Eu duvido que se faça uma pesquisa lá e as pessoas queiram sair daquelas casas; tem casa com 150 metros de área, para um apartamento de 50 metros, isso é uma questão complexa quando você transfere as pessoas de uma chamada favela estruturada para um apartamento. » o caso de Paraisópolis, por exemplo, as famílias recusam terminantemente sair de suas moradias para ir para um apartamento. É o caso também da Panorama: a Panorama também é uma favela estruturada, com água, luz, drenagem, esgoto e é uma favela que está em área particular, então eu acho que os recursos tem que ser (direcionadas) para áreas que não estão infra estruturadas, que são prioridades como eu disse, considerando o estabelecido no critério de priorização e legibilidade de HABI SP”. Sr. Luiz sugere como pauta para próxima reunião que se traga a proposta orçamentária, que deverá ser apresentada à Câmara para discussão e aprovação. Sra. Violeta recupera que havia mais um ponto de pauta - informação sobre atividade dos grupos de trabalho -, porém dado o avançado da hora compromete-se a passar por e-mail, agradece a todos os coordenadores o trabalho que tem sido feito nos diversos grupos, e registra uma ressalva em relação ao Grupo de Mutirões, que foi o único até agora que não se reuniu apesar de agendada reunião, e que não apresentou conteúdo. Solicita o registro em ata da justificativa de ausência da professora Marli Namur, Sr Paulo Romeiro , Jose Carlos Molina e Rosilene C. Santos. Sra Tânia registra que o GT Orçamento realizou uma reunião e relacionou uma serie de demandas à Secretaria e não houve continuidade. Solicita a retomada dos encontros. Sra. Esilda registra uma correção em relação ao GT Mutirões: informa que o mesmo reuniu-se uma vez, optou por tirar a coordenação na segunda reunião e houve greve nos transportes no dia agendado. Depois dessa não houve mais convocação do Grupo dos Mutirões. Registra que não houve desleixo, houve falta de comunicação e falta de se agendar uma nova data. Sra. Violeta informa que a convocação pode ser feita pelo próprio grupo e não há necessidade de aguardar a Secretaria Executiva para tal. Sr.ELTON agradece e encerra a reunião.


PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

A Subprefeitura Campo Limpo, através da Unidade Técnica de Desenvolvimento e Acompanhamento Profissional, da Supervisão de Gestão de Pessoas, convida:

Servidores, Familiares e interessados para a Palestra:


“Atitude Vencedora”

Local: Auditório da Subprefeitura Campo Limpo.
Data: 15/08/2008
Horário: 16:00h
Palestrante: Alessandro Silva Cruz - Escola Microlins – Unid. Campo Limpo